

**União Européia confirma corte de 20% de CO<sub>2</sub>**

Pacote Energia-Clima foi assinado ontem em Bruxelas; decisão dos 27 Estados foi unânime **► PÁG. A26**

**São Paulo ganha instituto que pesquisará HPV**

Imunização de mulheres ficará mais barata; vacina para homens é outro objetivo **► PÁG. A26**

**RETRATOS DO BRASIL**

# Cidades ignoram política ambiental

Mais de 90% registraram alteração no meio ambiente, mas só 18,7% têm conselho ativo e verba para o setor

Alexandre Rodrigues  
RIO

Mais de 90% dos municípios do País sofreram impacto de alterações ambientais nos últimos dois anos. Mas sua estrutura para políticas de ambiente ainda não é compatível com a gravidade do diagnóstico. É o que informaram prefeitos e secretários das cidades ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou ontem a Pesquisa de Informações Municipais 2008.

Embora a proporção de cidades com conselhos municipais de ambiente tenha mais do que dobrado na última década – subindo de 21,4% para 47,6% entre 1999 e 2008 –, só 1.880 dos 2.650 órgãos consultivos criados para envolver cidadãos na formulação de políticas fizeram pelo menos uma reunião nos últimos 12 meses. Se for considerado o município com conselho ativo e recurso específico para o setor, só 18,7% se enquadram nesse item. Em pouco mais de 16% há secretaria exclusiva, e a área só conta com 0,8% do total do funcionalismo municipal do País. Apenas um quarto das cidades faz licenciamento de impacto ambiental local.

Queimadas e desmatamento são as duas maiores causas de alterações ambientais frequentes nos municípios do País. Em 2002, o assoreamento de corpos d'água, que contribuiu com o transbordamento de rios nas enchentes, tinha sido o impacto mais citado pelos gestores. Esse percentual permaneceu no patamar de 53% em 2008, mas a inclusão de queimadas e desmatamento na lista fez com que essas duas categorias assumissem a dianteira, com 54,2% e 53,5%, respectivamente. Os Estados do Norte e Nordeste apontaram, proporcionalmente, mais impactos ambientais do que os do Centro-Sul.

Em média, os municípios indicaram 4,4 ocorrências de alguma alteração ambiental impactante

**INDICADORES MUNICIPAIS DO IBGE**

## Como o setor é tratado

Entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, **78,4%** têm estrutura, conselho e recursos específicos para meio ambiente

Dos **2.650 conselhos**, **1.880** são considerados ativos (reuniram-se pelo menos uma vez nos últimos 12 meses)

Prefeitos de 5.564 municípios do Brasil foram questionados sobre as ações na área de meio ambiente. Mais de 90% deles sofreram impacto de alterações ambientais nos últimos dois anos

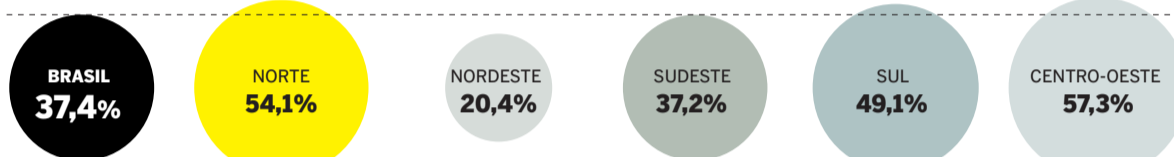
Índice de funcionários da área ambiental no total de funcionários das prefeituras **0,8%** de todo o funcionalismo municipal

## Quantidade de municípios

Com estrutura, conselho municipal ativo e recursos específicos para meio ambiente



Com recursos específicos para a área



Com fundo municipal de meio ambiente



Entre os que têm fundo, quantos financiaram ações na área nos últimos 12 meses



e frequente em 2007 e 2008. Na Região Norte, o desmatamento foi assinalado por 71% das cidades; no Nordeste, por 65%. O mesmo se repete em relação às queimadas. Como consequência, queixas de poluição do ar, mais ligada no passado aos grandes pólos industriais, foram mais relatadas por prefeituras da Região Norte (36,3%) do que do Sudeste industrializado (19,2%). Ao condensar

os impactos ambientais que os gestores consideraram ter afetado as condições de vida de seus habitantes, as regiões Norte e Nordeste tiveram, proporcionalmente, mais cidades atingidas (24% e 20%, respectivamente) do que Sul (9%) e Sudeste (11%).

A cidade de São Paulo listou dez problemas, entre eles poluição do ar e da água, contaminação do solo e degradação de áreas

protegidas. No Estado, o assoreamento de rios, que favorece enchentes, foi apontado por 58,1% das cidades. Em segundo lugar, aparecem as queimadas (50,4%), ligadas ao corte de cana, e a poluição de cursos d'água (34,9%), cujo pior exemplo é o do Rio Tietê.

**SISNAMA**

De acordo com especialistas, os números mostram que é neces-

sário fortalecer órgãos municipais de ambiente. "Muitos falam em seus objetivos de preservação por não adotarem uma gestão plena, como a responsabilidade pelo licenciamento ambiental. Fica tudo na mão do órgão estadual. Nenhum centavo obtido com a multa de um posto de gasolina irregular, por exemplo, vai para o município", diz Clarismino Luiz Pereira Jr.,

## Pesquisa é feita com base em questionários

... A Pesquisa de Informações Municipais (Munic) é realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Técnicos do instituto visitam todos os 5.564 municípios do País para a aplicação de um questionário cujos temas mudam a cada ano. O assunto principal desta edição foi ambiente.

Por causa da Contagem da População, a Munic deixou de ser realizada no ano passado. Por isso, boa parte dos resultados divulgados agora também se refere a 2007. Este ano é a primeira vez que o IBGE divulga a pesquisa no mesmo ano da coleta das informações, que foi realizada no primeiro semestre.

Além dos prefeitos, secretários e principais auxiliares dos governantes contribuem com as informações para os questionários setoriais. Para a edição de 2008, somente o município de Linha Nova (RS) não respondeu ao IBGE.

O Distrito Federal e o arquipélago de Fernando de Noronha foram considerados municípios para este trabalho.

A primeira Munic foi realizada em 1999 e o IBGE prepara uma edição especial em 2009, quando ela completará dez anos. **►**

ALEXANDRE RODRIGUES

presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente. Para Mario Mantovani, da SOS Mata Atlântica, é hora de fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), que unificaria os órgãos federal, estadual e municipal. "Isso garantiria mais verba para resolver os problemas das cidades", diz. **►**

COLABOROU GIOVANA GIRARDI

## 1/3 das cidades tem favelas; entre maiores, só prefeito de Cuiabá nega problema

RIO

A Munic também investigou a gestão municipal brasileira para os setores de transporte e habitação, temas ligados ao ambiente. Para captar a percepção dos prefeitos sobre a precariedade das moradias no Brasil, o IBGE per-

guntou-se seus municípios têm favelas. Um terço deles respondeu que sim. Entre os municípios de porte médio (100 mil a 500 mil habitantes), o índice chega a 84,7%.

Já entre as maiores cidades do País, onde as favelas são parte do cotidiano, o resultado só não foi de 100% porque o prefeito de

Cuiabá, Wilson Santos (PSDB), disse que a capital mato-grossense, com 600 mil habitantes, não tem favelas. A pergunta foi incluída no questionário sem definição clara, devido à dificuldade que o próprio instituto tem de conceituar aglomerados populacionais irregulares de baixa renda. A

idéia era captar como a habitação irregular era vista pelos gestores.

A prefeitura de Cuiabá informou que não classifica as áreas carentes da cidade como favelas porque realiza obras para urbanizar as diversas comunidades que nascem de invasões de terrenos, esse sim um problema assinalado pelo prefeito como existente. "Tem favela sim", contesta Paulo Ávila, líder da Central Única de Favelas de Cuiabá. "Há uma coisa cultural aqui de não chamar de favela, chamam de grilo, por causa das invasões, mas também é pejo-

rativo. Aqui tem comunidades sem asfalto, casas de madeira e gente em condições difíceis. É pouco, mas tem." Assim como Cuiabá, 53,2% das cidades acusaram a presença de loteamentos irregulares, mas nesse grupo também podem entrar condomínios de classe alta em áreas sem licenciamento ou que não correspondem ao projeto original. Em relação ao transporte, cerca de 30% têm serviço de ônibus municipal. Mais de 50% das cidades informaram ter mototáxis e em quase 60% moradores usam vans. **►**

## Prefeituras empregam 5 milhões de brasileiros

RIO

Cerca de 5% da população economicamente ativa do País recebe salários de prefeituras. A pesquisa Munic do IBGE identificou, neste ano, a continuidade da expansão do funcionalismo municipal, mas em ritmo menos acelerado. São 5 milhões de pessoas na administração municipal direta e indireta, incluindo empresas e fundações – aumento de 2,1% em relação a 2006. Nas pesquisas anteriores, o crescimento verificado em apenas um ano tinha sido maior: 5,4% entre 2004 e 2005 e 6,5% entre 2005 e 2006. Considerando os funcionários da administração direta, o crescimento entre 2006 e 2008 foi de 4,6%. O IBGE não contabiliza os terceirizados.

Para Vânia Pacheco, gerente da Munic, a desaceleração pode ser reflexo dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. "Temos de considerar também que os municípios estão crescendo e nem sempre contratar é inchar a máquina. Pode ser uma forma de atender às demandas da população." A exigência legal de que aprovados em concursos sejam contratados como estatutários está diminuindo a participação de celetistas (CLT). Em 2004, eram 18,5%. Agora são 11%. **►** A.R.

**IMÓVEL ZABO MOEDA FORTE**

*Você merece a tradição, a segurança e a valorização de um Zabo.*

**MIRANDÓPOLIS**

**MAISON MARIANNE**

193M<sup>2</sup> privativos. Cobertura com 340M<sup>2</sup>.

Av. Sen. Casemiro da Rocha, 441  
Ao lado da Praça Santa Rita

**PRONTO PARA MORAR**

INFORMAÇÕES: (11) 3816-7614

Realização: **ZABO** | Venda: **Solai**

www.zabo.com.br | www.solai.com.br

DE TV GLOBO PARA VOCE

**NADA FOIA**

NADA FOIA É UM DOS PRESENTES DA GLOBO PARA VOCE NESTE FIM DE ANO. CONHEÇA TODOS NA PAGINA A19.

A gente se vê por aqui.

Para anunciar nos classificados de Estilo, Negócios e Mais: **3855-2001** | 0800-055-2001

DESTAQUE | GLOBO | GAZETA